

Meio Ambiente: a sustentabilidade passa pela educação (em todos os níveis, inclusive pela mídia)

Pedro Celso Campos

RESUMO

O conceito de *sustentabilidade* está presente no debate sobre o meio ambiente desde os anos 1970, mas ainda é pouco entendido entre alguns setores. Na verdade o termo acaba se prestando a confusões propositais, pois tanto pode ser usado pelos ambientalistas em defesa da vida; como pelos neo-liberais, em defesa do lucro, do mercado, da “geração de empregos” etc. Diante da importância do tema, é indispensável que os jovens possam desenvolver um olhar crítico sobre a questão, tanto no ensino básico, como na universidade. Também a mídia, naturalmente, tem o dever social de “passar esta lição” para que todos possam fazê-la corretamente em casa, na rua, no trabalho, na estrada, em todo lugar. Neste artigo vamos estudar, embora rapidamente, alguns conceitos relacionados com a sustentação da vida em nosso planeta.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Educação. Meio Ambiente. Vida. Sustentabilidade

1 Conhecimento e ecotecnologia

A percepção de que alguma coisa não ia bem na vida do planeta, desde o aparecimento do *smog* londrino em 1952 como uma das primeiras manifestações da poluição industrial urbana, levou Lester Brown, presidente do Worldwatch Institute, a criar a expressão “desenvolvimento sustentável” no início da década de 1980. (CAPRA, 1996, p.19). O documento “Nosso Futuro Comum”, baseado no relatório da Comissão Brundtland,¹ consagrou a expressão em 1983. Entretanto, embora de modo ainda difuso, a idéia da sustentação relacionada com o ecossistema mundial é imanente às primeiras reuniões promovidas pela ONU para discutir o meio ambiente, como a Conferência da Biosfera, coordenada pela Unesco, em 1968, em Paris. Sob a forma de direitos individuais sobre o meio ambiente sadio e o equilíbrio do sistema, a noção de sustentabilidade também era clara no encontro de 113 países, em 1972, durante a Conferência de Estocolmo, na Suécia, cujo maior destaque foi despertar os governos mundiais para o problema da gestão ambiental a partir de um programa que a conferência sugeriu à ONU, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).² Foi com base na Declaração de Estocolmo e a partir de seus próprios estudos, que a Comissão Brundtland oficializou o termo “Desenvolvimento Sustentável”, definitivamente popularizado pela ampla cobertura da mídia à Rio-Eco 92 que, em junho daquele ano, reuniu, no Rio de Janeiro, nada menos que 185 países, incluindo 172 chefes de estado, com a presença de 35 mil pessoas, 11 mil membros de entidades internacionais, 3 mil ONGs (que fizeram um encontro paralelo) e 7 mil jornalistas, entre outros macro-números, sendo



¹ A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável foi criada pela ONU em 1983, sob a presidência da 1ª Ministra da Noruega, Grã Harlem Brundtland, daí a origem da expressão “Relatório Brundtland”.

² A partir da Conferência de Estocolmo foram criados mais de 70 ministérios do meio ambiente em todo o mundo, que passaram a coordenar e integrar a normatização da política ambiental junto aos governos, o que encaminharia a adoção de acordos internacionais, no futuro, dentro de uma abordagem sistêmica do ecossistema mundial.

caracterizada como a conferência ambiental que mais envolveu a sociedade civil, através das ONGs, do mesmo modo que a conferência seguinte, a de Johannesburg (Rio + 10), na África do Sul, em 2002, teria a característica de atrair, decididamente, os empresários para a causa ambiental. A Declaração de Johannesburg³ não envolveu novos acordos, compromissos ou convenções internacionais, nem foi tão monumental como a Cúpula do Rio. Pelo contrário, teve o sentido de implementar os acordos já firmados no Rio, destacando-se o Acordo do Clima e os programas de erradicação da pobreza através da alteração dos padrões insustentáveis de produção e consumo, conclamando a humanidade à proteção e gestão da base de recursos naturais como ação indispensável para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

Nota-se, então, que a noção de sustentabilidade é recorrente e fundante no movimento ambientalista mundial, em todos os níveis de ação: governamental (Estocolmo), social (Rio), empresarial (Johannesburg) etc. É inerente às políticas nacionais de todos os governos e conduz os acordos internacionais através da ONU. “Sustentar o sistema”, enquanto construção de uma consciência ecológica advinda da dicotomia homem \times natureza é a preocupação de todos, pois sua falência seria o fim da própria espécie humana.

Todavia, embora o debate sobre sustentabilidade ajude a democratizar e popularizar a troca de informações a respeito da crise ambiental, é certo que não há um acordo muito claro sobre o que se pretende com o significado do

■
³ A Delegação brasileira defendeu que todos os países usem pelo menos 10% de energia renovável até 2010, enquanto o governo Bush boicotou o encontro recusando-se a assinar a Convenção do Clima, embora tenha sido a Delegação Americana que, em 1996, apresentou, pela primeira vez no mundo, a idéia de cotas de emissão de gases estufa durante a Conferência sobre a Mudança Climática, em Genebra-Suíça, o que leva a crer que, sob Bush, os EUA recuaram na colaboração com a solução dos problemas ambientais. Por outro lado, não se pode cometer a injustiça de afirmar que a política externa de Bush é apoiada por todos os cidadãos dos Estados Unidos. Vários exemplos mostram que nem todos estão satisfeitos com o encaminhamento da guerra contra o terrorismo ou com a presença de forças americanas em território muçulmano. Preocupados com a possível ligação do efeito estufa com os tufões e fenômenos climáticos, dez estados norte-americanos invocaram o Pacto Federativo, em 2005, para se opor ao governo central, assinando o Protocolo de Kyoto que prevê esforços de todos na redução da emissão de CO² e outros gases que alimentam o efeito estufa na atmosfera.

termo. A julgar pelo Relatório do Clube de Roma ao final de um encontro de grandes empresários em 1971, a sustentabilidade, isto é, o crescimento econômico, só seria possível com a redução das taxas de natalidade nos países em desenvolvimento. Culpava-se a explosão demográfica pelos males do mundo. Sob esta ótica, tratava-se de “sustentar os negócios” e não o ecossistema. Com efeito, já ficou comprovado que não é a imposição de restrições ao crescimento dos países pobres que levará o mundo ao equilíbrio econômico e social, como advertem estudiosos de grande prestígio como SACHS (1986, p. 15).⁴ Pelo contrário, é distribuindo melhor a riqueza mundial que se combaterá as injustiças e os desequilíbrios que geram fome, miséria, violência, tráfico de drogas, terrorismo e todos os males.

A miopia política e o cinismo do Clube de Roma (MENDOZA; BECERRA, 1992, p. 28)⁵ cedem lugar a um debate mais maduro nos anos 1990, quando os economistas e os cientistas ambientais buscam, a partir de uma visão humanista e equilibrada, dar respostas concretas à pergunta que aflige a todos: “Como atingir a sustentabilidade?”. Isto é, como assegurar o crescimento que gera empregos sem destruir a natureza? Como consumir sem consumir o mundo? Como assegurar que o acesso a bens naturais como a água seja garantido a todos, impedindo que se transforme em mercadoria acessível só a quem pode pagar? Como encaminhar a discussão sobre o conceito de propriedade dos meios naturais? O que pode ser de alguns e o que

⁴ “Por si só, o tamanho da população não poderá ser um indicador da pressão desta sobre os recursos naturais, dado que, devido a seu elevado consumo *per capita*, algumas centenas de habitantes de países ricos pesam muito mais que alguns bilhões de habitantes do terceiro mundo”. (SACHS, 1986, p. 15).

⁵ Denis Meadows, representante do Clube de Roma, vislumbrou, em seu Modelo de Sistema Mundial (1972), denominado “World-3”, um freio no crescimento econômico – e demográfico – resultante de uma espécie de ajuste da natureza diante dos desequilíbrios que são consequência do esgotamento dos recursos renováveis e que poderão levar a indústria ao colapso. Esse freio atingiria igualmente os serviços e a agricultura – muito dependente dos insumos industriais – o que conduziria, por sua vez, a uma redução da população pela elevação das taxas de mortalidade, devido à falta de alimentos e serviços sanitários. Tal modelo seria implantado no séc. XXI. (MENDOZA; BECERRA, 1992, p. 28).

deve ser de todos? Um mangue pode ser comprado por uma empresa para instalar uma fazenda de camarões?⁶ “O camarão vive melhor que nós. Eles têm eletricidade, nós não. O camarão tem água limpa, nós não. O camarão tem muita comida, nós passamos fome” (Lamento de um pescador filipino contra as fazendas de camarão que ocupam os manguezais, poluem os mares e desalojam as famílias. (WORLDWATCH..., 2004, p. 115).

Ou ele pertence à comunidade de seres humanos e marinhos que ali vivem e dele dependem? Uma praia pode ser cercada com arame farpado ou com muros? Um animal ou uma floresta podem ser abatidos porque estão em uma propriedade particular? Até onde vão os direitos privados sobre os bens públicos? Como regular o acesso aos lençóis freáticos para a extração de água mineral com fins comerciais?

São inúmeras questões, todas elas apontando para um conceito de sustentabilidade que visa “sustentar a vida” e não apenas “sustentar o lucro”, pois neste último caso teríamos exatamente o efeito oposto, caracterizado pela perversidade da “dominação literal da natureza”.

Classicamente, o conceito de Desenvolvimento Sustentável envolve seis metas principais:

- a) satisfação das necessidades básicas da população: alimentação, educação, saúde, lazer, etc;
- b) solidariedade com as gerações futuras;
- c) participação da população, na linha da Agenda 21 exarada na Rio-Eco 92;
- d) preservação dos recursos vitais, como oxigênio e água;
- e) sistema social justo, que assegure emprego, seguridade e respeito às outras culturas, erradicando a miséria, o preconceito e o massacre das populações oprimidas, como os índios etc;

■
⁶ “O camarão vive melhor que nós. Eles têm eletricidade, nós não. O camarão tem água limpa, nós não. O camarão tem muita comida, nós passamos fome” (Lamento de um pescador filipino contra as fazendas de camarão que ocupam os manguezais, poluem os mares e desalojam as famílias. (WORLDWATCH..., 2004, p. 115).

f) efetivação de programas educativos.

Infelizmente este é um ideário que entra em conflito direto com as políticas desenvolvimentistas em vigor. Com efeito, os países pobres querem exportar produtos a qualquer custo, porque precisam pagar a pesada dívida externa que os torna reféns das metrópoles mundiais, enquanto os países ricos querem estimular o consumo mundial de seus produtos para continuarem cada vez mais ricos. Então, que tipo de desenvolvimento interessa à humanidade? A este respeito, afirma o professor do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), Lester C. Thurow (1997, p. 391):

Para que o capitalismo funcione a longo prazo, ele precisa fazer investimentos que são do interesse da comunidade humana a longo prazo. Mas, como faz uma doutrina de individualismo radical a curto prazo para enfatizar interesses comuns a longo prazo? [...] A resposta certa é forçar um alto nível de investimento público e privado. A história nos mostra que são possíveis equilíbrios muito diferentes entre o público e o privado e entre consumo e investimento, mas também nos mostra que não é possível operar uma boa sociedade sem um equilíbrio em ambas as áreas. Tudo público (grifo nosso), o modelo comunista, não funciona. Tudo privado, o modelo feudalista, e também o modelo implícito do capitalismo, também não funciona. Nem tudo consumo, nem tudo investimento pode funcionar. Na era que está à nossa frente, o capitalismo terá que criar novos valores e novas instituições que permitam um novo equilíbrio estratégico em cada uma dessas áreas.⁷

As novas instituições de que fala o autor seriam aquelas que explorassem as habilidades humanas, onde quer que esteja o ser humano, considerando essas habilidades como “ativo estratégico”, ao invés de contemplar apenas, como atualmente, as instituições financeiras. Apostar no homem significa investir em infra-estrutura, ensino e conhecimento. O conhecimento poderá, por exemplo, levar uma nação a instituir orientações de planejamento familiar – seja para reduzir a expansão demográfica, seja para ampliá-la para superar as taxas negativas de crescimento – de modo que as famílias possam tomar a decisão consciente e soberana de adequarem seu número de filhos às suas

■
⁷ A julgar pela análise de Thurow, é possível dizer que o sistema de produção e o sistema de consumo estão interrelacionados. Também aí há a intermediação dos meios de comunicação.

condições materiais para lhes dar uma vida digna. Mas o próprio conhecimento impedirá, por outro lado, que governos autoritários imponham restrições à natalidade baseadas na força, na coerção, na intimidação e até no assassinato puro e simples de bebês não desejados pelas políticas oficiais.

Também o conhecimento – resultante dos programas educativos como base do desenvolvimento sustentável – leva outro estudioso da questão ambiental, Henrique Leff, a considerar a necessária integração da racionalidade tecnológica com os saberes humanos, ao afirmar:

Uma racionalidade ambiental, fundada nas condições ecológicas para aproveitar a produtividade primária dos ecossistemas e dar bases de sustentabilidade aos processos de industrialização, deve integrar os processos ecológicos, que geram os valores de uso natural, com os processos tecnológicos que os transformam em valores de uso socialmente necessários por meio da produção e apropriação dos conhecimentos, saberes e valores culturais das comunidades para a autogestão de seus recursos produtivos. (LEFF, 2002, p. 87).

Assim, o autor lança a idéia de um paradigma produtivo alternativo, fundado na *produtividade ecotecnológica* que emerge da articulação dos níveis de produtividade ecológica, tecnológica e cultural, na manipulação integrada dos recursos produtivos, o que difere necessariamente da produtividade econômica tradicional e de sua avaliação em termos de preços do mercado. Com efeito, a racionalidade econômica delimita o reconhecimento e a valorização de certos recursos, enquanto outros são superexplorados, transformados ou destruídos como resultado das demandas do mercado (LEFF, 2002, p.87).

A racionalidade econômica determina a produtividade dos meios de produção e da força de trabalho excluindo deste processo o homem e a natureza.

No entanto:

[...] o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico gerou um potencial inovador, fundado no conhecimento da natureza, que pôde orientar-se para o desenvolvimento de novos recursos naturais e tecnológicos para o aproveitamento de fontes alternativas de energia e para o desenho de novos produtos, dando suporte a um projeto de civilização e a uma estratégia de desenvolvimento que incorporam as condições de conservação e o potencial ecológico e cultural de diferentes formações sociais. Abre-se, assim, a

possibilidade de organizar um processo econômico a partir do desenvolvimento das forças ecológicas, tecnológicas e sociais de produção, que não está sujeito à lógica de economias concentradoras, de poderes centralizados e da maximização de lucros de curto prazo, abrindo a via para um desenvolvimento igualitário, sustentável e sustentado. (LEFF, 2002, p.88)

O conceito de produtividade ecotecnológica, em Leff, persegue o que ele chama de *efeito sistêmico de geração de novos potenciais produtivos*, ao congregar ordenamento ecológico, distribuição territorial e reorganização das atividades produtivas. Trata-se de um processo que, segundo ele,

[...] afeta, necessariamente, a quantidade, a qualidade e a distribuição da riqueza por meio da socialização da natureza, da descentralização das atividades econômicas, da gestão social da produtividade ecológica e dos meios tecnológicos, do respeito pela diversidade cultural dos povos e do estímulo a projetos alternativos de desenvolvimento sustentável (LEFF, 2002, p.88).

Na verdade, a proposta de Leff (2002) complementa a de Thurow (1997) ao defender uma integração de saberes que “coloca em produção” recursos sociais potenciais, considerados um patrimônio cultural do homem. Por isto, ao tratarmos da questão ambiental – profundamente sistêmica – não podemos adotar abordagens isoladas ou unívocas, como diz Leff, nem adotar posições maniqueístas a favor deste ou daquele modelo produtivo, seja socialista, capitalista ou qualquer outro, como ensina Thurow (1997), pois só de uma visão integrada, holística, capaz de abarcar o todo, poderá emergir o bom senso econômico e social.

Esse modo de ver também implica um processo interdisciplinar que leva a uma resignificação do processo de civilização, para gerar uma estratégia discursiva que produza novas formas de identificação, novas possibilidades de ser, novos estilos de vida, novos projetos de desenvolvimento, pois

[...] todo conhecimento que não seja palavra morta e documento sepultado requer um processo de assimilação subjetiva que, mais do que a leitura repetitiva e o discurso dogmático que levam a uma aprendizagem mimética, implica a necessidade de uma interpretação (LEFF, 2002, p.100)

como afirma Leff, ao relacionar o “processo sem sujeito”, de Althusser – no qual o sujeito psicológico está ausente como princípio produtor do conhecimento – à proposição lacaniana que questiona a ciência como a “ideologia da supressão do sujeito”, e que introduz no processo do conhecimento não o sujeito autoconsciente, mas o sujeito do inconsciente, aquele movido pelo desejo de saber. É essa função do sujeito, sua pulsão apistemofílica, a que interessa destacar em seus efeitos sobre a integração dos conhecimentos produzidos sobre a articulação possível das ciências, sobre os processos transdisciplinares e interdisciplinares.

Na sua epistemologia ambiental, Henrique Leff contempla o sujeito ideológico que:

[...] condicionado pela potencialidade do que é possível pensar e dizer no terreno de uma teoria e no campo da luta de classes pelo conhecimento, entrelaça saberes, transplanta conceitos, combate doutrinas. Isto evita que as ciências estejam constituídas como monumentos para a contemplação mítica ou religiosa, para o ritual dogmático das teorias elaboradas. O sujeito pode assim profanar o templo do saber, ressuscitar, mediante a exegese, o documento arquivado, para torná-lo ciência viva, ciência política inscrita nas estratégias conceituais e discursivas que surgem das interpretações possíveis do conhecimento a partir da oposição de interesses, de visões do mundo, de hierarquias e funções sociais. Assim se produz uma contra-identificação com os saberes legitimados e se geram as condições de “des-sujeição” ideológica dos homens para um novo projeto de civilização (LEFF, 2002, p. 101).

Em que pese o olhar esperançoso de Leff sobre o “novo homem” que há de nascer para habitar um outro mundo possível, um novo mundo voltado para a justiça social e a solidariedade, o fato é que o mundo continua pondo em dúvida a justificação do crescimento tal como ele se verifica presentemente. A necessidade de crescer sem destruir continua desafiando o imaginário de todos os estudiosos que alimentam a utopia do mundo novo. Outro grande nome, nesses estudos, é Ignacy Sachs, na verdade mentor do grupo de estudos ao qual Leff pertencia na Escola de Altos Estudos Sociais, de Paris, na década de 1970. Ele desenvolveu o conceito de “ecodesenvolvimento”.

2 Crescer sem destruir: ecodesenvolvimento

A idéia de “ecodesenvolvimento” surgiu no decorrer da primeira reunião do Conselho Administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), realizada em Genebra, em junho de 1973, sugerida pelo seu diretor Maurice F. Strong . Na abordagem de Sachs, trata-se de um programa pensado para os países do Terceiro Mundo.⁸ É um projeto que se opõe, frontalmente, à arrogante proposta de “crescimento zero” que os empresários dos países ricos propuseram para os países do Terceiro Mundo no Clube de Roma. Sachs revolta-se com tal proposta:

Somente uma profunda desorientação poderia explicar como este tema do não-crescimento tenha sido manifestado e se tenha imposto à opinião pública em tão pouco tempo, já que ele constitui uma completa inversão da perspectiva ideológica dos últimos dois séculos e, mais vincadamente, dos últimos cinqüenta anos [...] a inquietação generalizada da juventude, a persistência da miséria, a agressão contra o ambiente, a frustração do Terceiro Mundo que começa a se perguntar se o próprio conceito de **desenvolvimento** (grifo nosso), fundado na eficácia, não deveria ser substituído pelo de **libertação** (grifo nosso), voltado para a justiça social e criação de um homem novo (SACHS, 1986, p. 9).

O ecodesenvolvimento quer ser uma alternativa para o modo clássico de produção/consumo que perpetua o esgotamento dos recursos e as desigualdades sociais, acentuando o desequilíbrio entre as regiões do mundo e no interior das sociedades nacionais. É um estilo de desenvolvimento que, em cada recorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos e culturais, as necessidades imediatas, como também as de longo prazo. Ou seja, trata-se de encaminhar a solução

⁸ Ignacy Sachs é um economista muito interessado no Brasil e na América Latina. Polonês naturalizado francês, morou 14 anos no Brasil e estudou economia na Faculdade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro; na Universidade de Nova Delhi e na Escola de Planejamento e Estatística de Varsóvia, onde foi colaborador de Kalecki. Desde 1968 ensina na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais, em Paris, onde fundou, em 1973, o Centro Internacional de Pesquisas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CIRED), do qual participaram grandes nomes como o mexicano Henrique Leff.

dos problemas locais ou regionais a partir das condições dadas na própria realidade onde eles se manifestam. É o que caracteriza, por exemplo, o programa da Agenda-21, resultante da Rio-Eco-92, conclamando intensa participação comunitária para o encaminhamento mais adequado aos interesses da sociedade.

As características mais marcantes de um programa de ecodesenvolvimento são definidas por Ignacy Sachs através de oito diretivas. (SACHS, 1986, p.16-17). Desta forma, segundo ele, em cada ecorregião, o esforço deve se concentrar na valorização de seus recursos específicos para a satisfação das necessidades fundamentais da população em matéria de alimentação, habitação, saúde e educação, sendo essas necessidades definidas de maneira realista e autônoma, visando evitar os nefastos efeitos de demonstração do estilo de consumo dos países ricos.⁹ Em segundo lugar – ainda estamos com Sachs – por ser o homem o recurso mais precioso, o ecodesenvolvimento deverá, antes de tudo, contribuir para a realização do próprio homem. Isso significa prover emprego, segurança, qualidade das relações humanas, respeito à diversidade das culturas, ou, se se prefere, implementação de um ecossistema social, atingindo-se, assim, uma simetria entre a contribuição potencial da ecologia e da antropologia social com o planejamento. Outro ponto do programa envolve a identificação, a exploração e a gestão dos recursos naturais [aqui considerados como a estimativa cultural que cada civilização faz de seus meios] dentro de uma perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras: a depreciação fica severamente proscrita e o esgotamento, inevitável no longo prazo, de certos recursos não renováveis é mitigado por uma dupla ação que consiste em evitar o seu desperdício e em utilizar, tanto quanto possível, recursos



⁹ O economista paquistanês Ul Haq escreveu: “Os países em desenvolvimento não têm outra opção senão voltar-se para eles próprios da mesma forma que fez a China comunista [...] e adotar um estilo de vida diferente, buscando um padrão de consumo mais coerente com a sua própria pobreza – potes e panelas e bicicletas e hábitos simples de consumo – sem deixar se seduzir pelo estilo de vida do rico”. (UL HAQ apud SACHS, 1986, p. 16).

renováveis, os quais, se adequadamente explorados, jamais deveriam exaurir-se.

O quarto item do programa de ecodesenvolvimento, traçado por Sachs, defende que os impactos negativos das atividades humanas sobre o ambiente podem ser reduzidos através da organização da produção, com o aproveitamento de todas as complementariedades e a utilização das quebras¹⁰ para fins produtivos. Trata-se, também, de explorar adequadamente as características naturais das regiões tropicais e subtropicais, em particular, como a fotossíntese, por exemplo, sob todas as suas formas, estimulando-se, igualmente, o uso de energia alternativa – inclusive outros meios de transporte que não o automóvel – do que deve resultar um perfil reduzido de consumo de energia proveniente de fontes comerciais e, em especial, de hidrocarbonetos. No programa de Sachs, o ecodesenvolvimento implica um estilo tecnológico particular [...], a ecotécnica que compatibilize adequadamente objetivos diversos – econômicos, sociais, ecológicos – com novas modalidades de organização social e um novo sistema de educação. Para ele, o ecodesenvolvimento exige a constituição de uma autoridade horizontal capaz de superar os particularismos setoriais, preocupada com todas as facetas do desenvolvimento e que leve constantemente em consideração a complementariedade das ações empreendidas. Essa autoridade não poderia ser eficaz sem a participação efetiva das comunidades envolvidas, inclusive para a identificação das potencialidades do ecossistema e para a organização do esforço coletivo com vistas ao aproveitamento dessas potencialidades. Adverte, entretanto, que “é preciso assegurar-se que os resultados do ecodesenvolvimento não sejam comprometidos pela espoliação das populações que o realizam, em proveito dos intermediários que se inserem entre as comunidades locais e o mercado nacional ou internacional”.¹¹ Por

■
¹⁰ O autor refere-se às áreas rurais do Terceiro Mundo e “quebra” é um jargão agrícola para os restos da colheita.

¹¹ O autor estabelece, aqui, a importância da reforma agrária para levar justiça ao campo e o apoio do Banco Mundial aos projetos comunitários para, finalmente, tornar eficaz a luta contra a pobreza.

fim, a oitava diretiva do programa prevê que, através da educação preparatória, o ecodesenvolvimento deve sensibilizar as pessoas quanto à dimensão do ambiente e aos aspectos ecológicos do desenvolvimento, modificando o sistema de valores em relação às atitudes de dominação da natureza., reforçando-se a atitude de respeito à natureza que é característica de certas culturas.¹² Este resultado poderá ser obtido tanto através da educação formal como da educação informal. A experiência chinesa é muito instrutiva a este respeito. As ecotécnicas implantadas na China não diferem sensivelmente das conhecidas e praticadas por outras sociedades camponesas. Nova, entretanto, é a tomada de consciência que precede e acompanha a aplicação dessas ecotécnicas, como ensina Ignacy Sachs. (SACHS, 1986).

Não é difícil perceber que todos os teóricos – seja Thurow, Leff ou Sachs – insistem na importância do conhecimento, portanto, da educação, da conscientização, em suas abordagens sobre o desenvolvimento sustentável em busca do “homem novo”. Apostar no homem é, antes de tudo, educá-lo. Educar o homem é educar, antes, a criança que ele é na escola e na família. Daí resulta que um país não sai do subdesenvolvimento quando não investe em educação. Temos o exemplo da Coreia do Sul, que antes enviava emigrantes pobres para o Brasil em busca de uma oportunidade, e, depois de investir maciçamente em educação nos anos 1980, hoje está à frente do Brasil no *ranking* econômico mundial, exportando largamente para o nosso País.

Os estudos de Ignacy Sachs guardam certa relação com o papel da mídia como instituição capaz de educar e transformar o modo de pensar a relação homem/natureza a partir de uma base de sustentabilidade. Com efeito, suas idéias iniciais sobre o tema apareceram em julho de 1973, na forma de um



¹² O desenvolvimento tradicionalmente definido significa sempre uma prioridade incondicional dada à cultura ao invés da natureza. Por outro lado, como salienta Claude Levi-Strauss, nos primitivos a relação entre a cultura e a natureza se reveste de uma certa ambigüidade: esta última é ao mesmo tempo pré-cultura e sub-cultura, mas, sobretudo, contém um componente sobrenatural. (LEVI-STRAUSS apud SACHS, 1986, p. 18).

trabalho solicitado pela Comissão de Estudos Para a América Latina-CEPAL, órgão da Organização dos Estados Americanos-OEA, com o título de *Ecodesarrollo: un aporte a la definición de estilos de desarrollo para America Latina*, no qual já destacava “o desencadeamento dos meios de comunicação de massa e o uso intensivo do computador” como propagador de idéias. Idéias, por exemplo, a favor da chamada “vida simples”, sem o consumo conspícuo, sem o desperdício, sem a imitação de países ricos, lembrando que é possível viver bem com muito menos, sem esbanjamento de recursos e de bens materiais, conforme já vimos no segundo capítulo. Entretanto, retomando a concepção de Thurow ao especular sobre o tipo de regime que se adequaria ao “homem novo”, quando ele diz já estar provado que nem o comunismo, nem o capitalismo atenderam aos anseios de felicidade do homem, e, tendo em vista a situação de eterno empobrecimento do Terceiro Mundo, será que não caberia indagar a respeito de um outro regime possível para chegarmos ao Novo Mundo? Afinal, deve existir uma outra via, uma terceira via que garanta o crescimento material mas não agrida o ser espiritual que há dentro de nós e na natureza. Já vimos em Goswani (2000) a possibilidade do salto quântico que une ciência e espiritualidade e que nos revela o modo de vida oriental, muito menos consumista e materialista que o do Ocidente. Também vimos em Freud (1997) como o homem tecnológico está mentalmente perturbado. Em *O Medo à Liberdade*, Erich Fromm expõe o angustioso processo de individuação do ser humano, desde romper os vínculos maternos até se impor como pessoa no mundo. (FROMM, 1980). No segundo volume de *O Mundo Como Vontade e Representação*, em 1844, Schopenhauer se lamentará dizendo: “A vida é um negócio que não cobre os custos.” (TANNER, 2001, p. 24). Não se poderia, então, refletir sobre uma via socialista como alternativa à tecnoburocracia comunista e ao individualismo capitalista? Teríamos espaço para a livre manifestação da espiritualidade em um regime ecologicamente socialista?

Vamos refletir.

3 A via política do eco-socialismo

Embora desenvolvido no Ocidente a partir da década de 1970, como vimos, o conceito de sustentabilidade ecológica, ou ecodesenvolvimento, vem sendo apregoado por alguns mentores do movimento ambientalista internacional a partir da década de 1950 (MARTINS, 1991, p. 81), entre eles E. F. Schumacher, que publicou na imprensa inglesa uma série de artigos (MARTINS, 1991, p. 82) sob a rubrica *Small is Beautiful*. Em um desses artigos, *Economia Budista*, publicado em 1966 – portanto dois anos antes da revolta estudantil em Paris – ele utilizou uma visão oriental de mundo para criticar a formulação ocidental de trabalho e desenvolvimento. Ele inicia o artigo citando alguns trechos do plano econômico e social do governo da Birmânia para 1954: “A nova Birmânia não vê conflito entre valores religiosos e progresso econômico. Saúde espiritual e bem-estar material não são inimigos; são aliados naturais. [...] podemos combinar com sucesso os valores religiosos e espirituais de nossa herança com os benefícios da tecnologia moderna.” (SCHUMACHER apud MARTINS, 1991, p.82)

Para Schumacher, a concepção budista de trabalho, que contrasta com a visão ocidental, é um dos elementos que apontam para um novo modelo de desenvolvimento. Ele diz que o ponto de vista budista considera a função do trabalho como sendo no mínimo tríplice: dar a um homem a oportunidade de utilizar e desenvolver suas faculdades; possibilitá-lo a superar seu egocentrismo unindo-se a outras pessoas em uma tarefa comum; e gerar os produtos e serviços necessários a uma existência digna. (SCHUMACHER apud MARTINS, 1991, p.82).

Certamente é o oposto do que temos no capitalismo, onde o individualismo nos leva a sacrificar os valores mais sagrados – até mesmo o estar com a família, o lazer, as relações sociais, a criatividade, o amor – para nos atirmos desenfreadamente ao trabalho como única saída para mantermos o padrão de consumo, que significa *status*, aceitação e respeitabilidade social, sem qual-

quer contemplação com o nosso “eu” interior, sem nenhum momento para a reconfortante reflexão espiritual, o olhar interior do qual emergimos mais irmanados com a Unidade que é Totalidade. Entretanto, segundo o budismo, não é a riqueza que condena o homem, mas o “apego” à riqueza, a dependência, a estetização do consumo, conforme também já vimos. É o consumo pelo consumo, sem um sentido existencial, uma reflexão, uma atitude consciente. Para o budismo – sempre nas pegadas de Schumacher – não é na fruição de coisas belas e agradáveis que está o mal, mas no “desejo exagerado” delas, pois o budismo segue o preceito latino: *Virtus in medium est*. (A virtude está no meio), preceito, aliás, que está presente no Cristianismo através de uma das quatro virtudes cardeais, a Temperança,¹³ como antônimo de gula, cobiça etc.

O sucesso da filosofia budista parece antecipar, no plano espiritual, o bom êxito da tecnologia do séc. XXI na miniaturização dos objetos de desejo do consumismo mundial, como são os equipamentos de vanguarda na comunicação eletrônica: celulares, *palm-tops*, micro *chips*, ponto eletrônico etc. Schumacher lembra que “[...] a tônica da economia budista é simplicidade e não violência (grifo nosso). A maravilha do estilo de vida budista é a racionalidade absoluta de seu modelo – meios espantosamente reduzidos levando a resultados extraordinariamente satisfatórios.” (SCHUMACHER apud MARTINS, 1991, p.82).

O artigo de Schumacher questiona, já em 1966, o modelo de desenvolvimento ocidental que privilegia o superconsumo, levando à dilapidação dos recursos naturais para a superprodução de objetos a serem consumidos e à utilização prioritária das potencialidades humanas no trabalho destinado à alimentação do processo produtivo-consumista, num círculo vicioso que só resulta em angústia e infelicidade.

■
¹³ As Virtudes Cardeais são: Prudência, Justiça, Fortaleza e Temperança. [...] A temperança é a virtude moral que modera a atração pelos prazeres e procura o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos e mantém os desejos dentro dos limites da honestidade. (IGREJA..., 1993, p. 486-487).

Como seria, então, no eco-socialismo?

Inicialmente é bom lembrar, com Martins (1991), que o que morreu e foi sepultado na União Soviética, a partir da unificação alemã de 3 de outubro de 1990, após a queda do Muro de Berlim em 1989, foi o próprio comunismo soviético, embora restando versões chinesas e cubanas em outros contextos de mundo, com outras conformações capazes de incorporar ícones do capitalismo ocidental como a Coca-Cola ou hotéis cinco estrelas.

Mas o socialismo não morreu. O ideal socialista é o único a se opor ao *american way of life* que sacraliza o mito da eterna juventude, o modismo, o consumismo, a vida vazia e sem sentido, onde muitos tentam curar a ansiedade indo às compras no *shopping*, no supermercado, na Daslu, em Miami.

O escritor e jornalista especializado em meio ambiente, José Pedro Soares Martins (1991) de São Paulo, considera-se um otimista incurável, ao vislumbrar um mundo eco-socialista em que haverá desconcentração urbana, as pessoas poderão morar perto do local de trabalho, viverão em pequenas comunidades (com menor necessidade de energia e outros recursos naturais), bens comuns como terra-água-ar não serão mais objetos comercializáveis e pertencerão a todos os viventes - homens, animais, vegetais etc - a adubação química e os pesticidas serão proibidos.

Mas ele acredita que só é possível chegar à sustentabilidade do eco-socialismo se o mundo moderno passar por uma *valorização cultural e espiritual* [ressignificação] que leve ao verdadeiro ecumenismo e à tolerância com as diversas manifestações culturais e religiosas. Não haverá mais lugar para a padronização cultural que inferioriza as manifestações da cultura e da religião africana e asiática, por exemplo, frente à cultura branca euro-americana. Não haverá mais preconceito de raça, religião, posição política ou de qualquer espécie. A religião será usada para libertar e não para dominar o ser humano, respeitando as convicções culturais e espirituais mais íntimas de homens e mulheres que serão donos de seu destino.

Outro conceito que se destaca no mundo eco-socialista imaginado por Martins é o de *ecofeminismo*, que será um dos pilares desse novo mundo fundado na igualdade entre homens e mulheres, tendo como base a visão feminina de mundo, que é intuitiva, global e de maior identificação com a natureza, geradora de vida. Para o ecofeminismo, a vida é um processo, um fluir constante. O hoje é tão importante quanto o amanhã, portanto a vida deve ser vivida em plenitude hoje, ao invés do que prega a sociedade técnico-industrial na qual as pessoas vivem de promessas futuras e da visão de que é preciso acumular e acumular para ter “um futuro melhor”. O ecofeminismo assume uma visão de mundo baseada na interação entre os diversos ciclos vitais e ecossistemas. Assim como o homem não é superior à mulher, todos os seres vivos, homens, mulheres, plantas, animais, água, terra etc são interdependentes e nenhum é superior ao outro.

Lugar de destaque terá, também, a *ecopolítica*, na qual não será eleito aquele que conseguir elaborar o melhor produto de *marketing*, mas aquele que tiver participação direta nas decisões de interesse público, revelando efetivo compromisso político, ético e social. Toda a administração será descentralizada, com os direitos individuais sendo respeitados por inteiro, cada um sentindo-se responsável pelo todo e por todos. A consulta popular será constante e os governantes corruptos serão substituídos imediatamente. A energia será eólica, solar ou de fontes alternativas. Nada de hidrelétricas e usinas nucleares. Não haverá grandes obras nem grandes cidades¹⁴ que levam alegria aos construtores e *stress* à população.

Por fim, porém não menos importante, há o conceito do *ecopacifismo* que eliminará, de pronto, a necessidade de guerras, pois não haverá o que disputar

■
¹⁴ A concentração urbana também produz mais consumo e gera mais lixo. Cada habitante urbano consome, em média, diariamente, 560 litros de água, 1,8 kg de alimentos e 8,6 kg de combustíveis fósseis, gerando 450 litros de água suja, 1,8 kg de lixo e 0,9 kg de poluentes do ar. (DIAS, 2004, p. 28).

em um mundo construído na solidariedade e na paz, onde todas as etnias, povos e religiões se respeitarão mutuamente. A indústria bélica, que gera lucros para poucos e morte para milhões – como ocorre com o próprio modelo de acumulação capitalista –, ficará sem sentido em um mundo onde não se gastará mais cerca de US\$ 1,8 milhão a cada minuto em armas, conforme estimativa do Conselho Mundial de Igrejas, enquanto 40 mil crianças morrem por dia, de fome. (MARTINS, 1991, p.134).

Afinal, o mundo de Martins parece um mundo distante e utópico, mas talvez a própria natureza venha a ser a única potência capaz de forçar o homem – à custa de muita dor e sofrimento – a achar o caminho desse mundo de paz entrevisto por tantos filósofos do bem, *per secula seculorum*. De qualquer forma, propostas assim ajudam-nos a pensar o desenvolvimento sustentável de forma sistêmica, ao observarmos a complexidade de relações entre o homem, a natureza e a sociedade.

Quando se projetam utopias, entretanto, será que devemos acreditar piamente em tudo o que nos dizem? O próprio movimento ambientalista nos ensina a assumir um posicionamento crítico diante do mundo técnico-industrial para fugir da alienação. Fica implícito, então, que o movimento em si, deve acatar a necessária revisão crítica, do contrário não poderia pregar, por exemplo, a democratização das notícias ambientais como exige da mídia convencional.

O próprio jornalismo nos ensina a ser céticos diante do que vemos ou ouvimos, porque muitas vezes a primeira informação é apenas uma versão e a notícia está escondida atrás da segunda, terceira ou quarta camada de informação, por isto cumpre checar, estudar, pesquisar, duvidar. Só o posicionamento crítico nos ajudará a nos aproximarmos, o mais possível, da verdade.

À crítica, então.

4 Posicionamento crítico: a responsabilidade de educar

Desde a Conferência do Rio, em 1992, a questão das mudanças climáticas tornou-se central no movimento ambientalista em todo o mundo. Muitos cientistas vêem alguma relação entre o efeito estufa e as variações do clima, temendo que o aquecimento da terra e, portanto, o aquecimento do oceano, seja uma das causas dos tufões e furacões. O aquecimento tende a expandir o volume do mar que avançará sobre a terra potencializado por outro efeito do aquecimento, que seria o derretimento das geleiras. Já existe ampla literatura a respeito. As estimativas da ONU prevêem um aquecimento de 1,4° C a 5,8° C até 2100. Mas o pior cenário, de 5,8° C, só ocorrerá se o mundo nada fizer para reduzir a queima de combustíveis fósseis ao longo de todo o século, o que seria muito improvável, porque os combustíveis alternativos deverão se tornar competitivos muito antes disso. Assim, o cenário mais aceito pelos especialistas é um aquecimento de 2° C a 3° C, o que provocará uma elevação de 30 a 50 centímetros no nível do mar, embora o nível do mar já tenha subido 15 centímetros no século passado e ninguém notou.

Os dados acima partem do ex-professor e cientista da Universidade de Arthus, na Dinamarca, Bjorn Lomborg, um dos principais críticos mundiais da forma pessimista e apressada como os ambientalistas discutem a saúde do planeta. Cientista aos 40 anos, Lomborg ficou mundialmente famoso em 2001 com a publicação do polêmico livro *O Ambientalista Cético*, no qual faz um diagnóstico bem menos assustador – até positivo – do cenário mundial. Ele ataca diretamente a questão da mudança climática, considerando que a pressa em conter o efeito estufa, na forma do Protocolo de Kyoto, está custando muito caro: algo em torno de US\$ 150 bilhões a US\$ 300 bilhões para a redução da emissão de gases, se incluídos os Estados Unidos, até 2008. O que incomoda o cientista é o custo-benefício do esforço mundial, pois, na sua opinião, tudo o que se conseguirá é um adiamento de seis anos no aquecimento global até 2100.

Em 2004, Lomborg organizou, em Copenhague, um encontro dos maiores economistas do mundo, incluindo três vencedores do Prêmio Nobel, para analisar diferentes problemas do mundo e, através de um documento chamado *Consenso de Copenhague*, decidiram quais poderiam obter o maior benefício a partir de investimentos disponíveis. A lista de prioridades incluiu prevenção da Aids (em primeiro lugar), combate à desnutrição e acesso à água potável (em segundo lugar), eliminação de barreiras comerciais (em terceiro), extinção da malária etc. *O Protocolo de Kyoto* – que rege as preocupações dos governos mundiais com a emissão de gases estufa – ficou em último lugar. A justificativa, segundo Lomborg, está no custo-benefício: “Cada US\$ 1 investido no combate ao HIV, traz um retorno de US\$ 40, em termos sociais, enquanto para Kyoto o retorno é de US\$ 0,02 a US\$ 0,50”. (LOMBORG, 2004 apud STOCKSTROM, 2004)¹⁵.

Entretanto, o “ambientalista cético” não defende o abandono dos esforços para reduzir a geração de gases estufa. Apenas acha que, ao invés de investir tanto para adiar por seis anos os efeitos do aquecimento até o final do século, o mais importante é preparar o mundo para o inevitável, isto é, para as conseqüências que o aquecimento trará. “Preparar o mundo”, para Lomborg, é investir em pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis, é conseguir fazer com que a energia renovável se torne mais barata que o combustível fóssil. (LOMBORG, 2004 apud STOCKSTROM, 2004)

Escandalizando os ambientalistas, Bjorn Lomborg diz que prefere investir no que o homem tem de pior, o egoísmo, para levá-lo a assegurar-se de que seus filhos e netos terão acesso a energias renováveis e que eles optarão por usá-las em interesse próprio, e não por qualquer preocupação com o meio ambiente e independentemente de tratados internacionais. Ele acha que é melhor investir em melhorias das condições de vida hoje – como o acesso à



¹⁵ Documento eletrônico.

água potável, o combate à malária – do que gastar fortunas para resolver problemas que ocorrerão daqui a 50 anos. (LOMBORG, 2004 apud STOCKSTROM, 2004).

Em entrevista ao repórter Herton Escobar, do jornal *O Estado de S. Paulo*,¹⁶ Lomborg disse qual é, na sua opinião, o maior problema ambiental da atualidade, já que não crê na teoria do aquecimento global:

Depende de onde você está. No mundo desenvolvido, sem dúvida, é a poluição externa do ar. Nos países em desenvolvimento é a poluição interna do ar (dentro das residências). A Organização Mundial da Saúde estima que 2 milhões a 5 milhões de pessoas morram por ano por causa da poluição do ar, isto significa 10% da mortalidade mundial. São principalmente mulheres e crianças, intoxicadas pelo uso de contaminantes do ar como esterco, papelão ou qualquer outra coisa que possam queimar para cozinhar, o que me leva a concluir que o que faz de um problema, um problema ambiental é a pobreza. A solução, portanto, não é regular o uso de esterco, mas fazer com que essas pessoas se tornem ricas o suficiente para comprar querosene, por exemplo. Quem não sabe como conseguir a próxima refeição não está preocupado com o meio ambiente daqui a cem anos. A longo prazo, portanto, precisamos tornar o resto do mundo rico e confortável o suficiente para que as pessoas possam parar de se preocupar em como pôr comida no prato e começar a se preocupar com a saúde do planeta. (LOMBORG, 2004, p. A-21).

Outro crítico mordaz do ambientalismo internacional e do modo como são encaminhados os estudos sobre sustentabilidade, é o antropólogo americano Michael Schelleberger. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, ele questiona a “falta de visibilidade” dos temas ambientais para o grande público:

Nos anos 60 e 70, mesmo no governo de Richard Nixon, você tinha uma cultura padrão muito mais progressista. Hoje você tem um ambiente de valores culturais nos EUA que é muito mais conservador. Por outro lado, os problemas ambientais de então eram muito mais visíveis e imediatos para o público. Você ligava a TV e via o rio literalmente pegando fogo em Ohio, de tantos poluentes que ele tinha. Tanto que em Washington queriam votar a Lei das Águas Limpas. No caso do efeito estufa, você tem um problema que ninguém vê ou sente. É um problema totalmente diferente. E requer que nós transformemos radicalmente a economia energética do mundo. Como você

■
¹⁶ Matéria divulgada na Internet pelo Núcleo de Jornalistas Ambientais de São Paulo, presidido pelo jornalista Adalberto Wodianer Marcondes, em 21 fev. 2005.

motiva o público e os políticos a apoiar essa transformação? Você precisa animá-los em relação aos benefícios. Mas os ambientalistas só dizem que precisamos fazer isto porque o desastre está a caminho. Perguntamos isto ao *Sierra Club* e eles disseram: “Olha aqui, o nosso trabalho é ambiente, não política industrial”. Mas se você tivesse de se preocupar com política industrial para obter ação em efeito estufa? É por isso que falamos tanto em categorias mentais. O ambiente é visto como uma categoria mental, as pessoas conceituam o ambiente como alguma coisa que está fora de nós, acham que é separado da economia. (SCHELLEMBERGER, 2005)¹⁷

Além do poderoso *Sierra Club*, outros ícones do movimento ambientalista internacional, como *The Nature Conservancy*, o *Greenpeace* e o renomado *Worldwatch Institute*, de Lester Brown, têm estado sob ataque do chamado discurso “ecocrítico”. O questionamento tem o objetivo de indagar se o alarmismo não acaba dando sustentabilidade ao próprio capitalismo que pretende combater, embora reconhecendo que

[...] os e as ecologistas talvez tenham sido os primeiros a evidenciar um aspecto básico da globalização que é a compreensão de um mundo sem fronteiras, no qual as interdependências são inevitáveis, [...] inscrevendo-se a crise ecológica em um ‘babelismo’ que não só dá conta das limitações do conhecimento humano, mas também da pluralidade de sentidos que torna sumamente complexo compreender o mundo[...] (GONZALÉZ GAUDIANO, 2001, p.394)

como afirma o professor da Universidade do México, Edgar González Gaudiano, citando Reigota (1999, p. 63)¹⁸ e Boaba (1998, p. 10).

Algumas organizações ambientalistas são acusadas de ignorar o homem ao defenderem a natureza, como se o homem não estivesse integrado nela, como nesta passagem de Luke (1998) registrada por González Gaudiano:

[...] pese a su ardiente oposición a la destrucción del ambiente en general, The Nature Conservancy parece conformarse con conservar pequeñas piezas de tierra sin desarrollar para preservar diminutos trocitos y piezas de habitat como preciosos contenedores de la biodiversidad. Como resultado, la construcción de una ‘Conservación de la Naturaleza’ empleando estrategias capitalistas es equivalente a mantener un ‘cementerio de la naturaleza’ que



¹⁷ Retransmitida aos membros do Núcleo de Jornalistas Ambientais de São Paulo na mesma data.

¹⁸ REIGOTA, Marcos. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 1999 apud GONZALÉZ GAUDIANO, 1982.

verdadeiramente preserva a natureza del capitalismo. (LUKE, 1998 apud GONZALÉZ GAUDIANO, 1982, p.393).¹⁹

Gonzaléz Gaudiano recorre ao mesmo autor para criticar o Instituto de Lester Brown, embora não citando textualmente:

Esse Instituto freqüentemente opera como outra parte integral das alianças emergentes da grande empresa, de organizações não governamentais, e dos 'think tanks' globais que têm colaborado na invenção de novos discursos sobre a 'governabilidade' universal, articulados agora mediante categorias disciplinares do 'desenvolvimento sustentável' (LUKE, 1998 apud GAUDIANO, 1982, p.393).

O professor mexicano também denuncia o grupo ambientalista norte-americano *Earth Island Institute*, vinculado a interesses comerciais dos atuneiros norte-americanos, de cobrar quase US\$ 7 milhões, anualmente, por intermédio do *Earth Trust Fund*, pelo selo de qualidade *Dolphin Safe*, o que resultou no embargo do atum imposto ao México em 1990. Também tem críticas para os partidos verdes que, segundo ele, assumem posturas que oscilam fortemente de um país para outro. Conta que o Partido Verde Ecologista Mexicano (PVEM) tem agrupado suas principais demandas em torno de temas pontuais como as corridas de touros ou a baleia azul no Golfo da Califórnia, enfeitadas com uma defesa dos direitos indígenas que tem sido amplamente criticada por seu caráter cosmético. Diz que o PVEM nada tem a ver com os pressupostos de Rudolf Bahro, o membro mais proeminente no surgimento do *Die Grünen* na Alemanha ou com o *Green Party* na Grã Bretanha, os quais apresentam suas próprias características inscritas no ecosocialismo e no conservadorismo, respectivamente. (LUKE, 1998 apud GONZALÉZ GAUDIANO, 1982).

■
¹⁹ "Em que pese sua ardente oposição à destruição do ambiente em geral, *The Nature Conservancy* parece conformar-se em conservar pequenas reservas de terra sem desenvolvimento para preservar diminutas coisinhas e espécimes de *habitat* como preciosos contenedores de biodiversidade. Como resultado, a construção de uma 'Conservação da Natureza' empregando estratégias capitalistas é equivalente a manter um 'cemitério da natureza' que verdadeiramente preserva a natureza do capitalismo."(tradução nossa)

No Brasil também, o movimento ambientalista está sob a vigilância de pesquisadores de prestígio e da própria sociedade, ambos interessados em transparência, coerência e ética, ainda que reconhecendo o importante papel de formação cívica exercido pelas ONGs ambientais. Só a título de exemplo, até mesmo o conceituado Instituto Ethos – que, entre outras atividades de valor, estimula o jornalismo ambiental premiando as melhores reportagens – foi alvo, em 2005, da severa – mas necessária – arguição do professor da ECA-USP, Wilson da Costa Bueno – especialista em jornalismo científico e com intensa atividade a favor do jornalismo ambiental – que assim se manifestou pela Internet em artigo sobre Comunicação no Terceiro Setor:

Não poucas vezes a newsletter, falas, eventos etc do Instituto Ethos tem reforçado e consolidado, como ações de responsabilidade social, propostas e atitudes que são, obviamente, esforços de ludibriar a opinião pública e que, quando muito, com boa vontade e uma dose enorme de ingenuidade, poderiam ser concebidos como meros projetos de *marketing* social, de gosto duvidoso, (o que, conceitualmente, a nosso ver, é absolutamente distinto de responsabilidade social). Atribuir a campanhas como fumar ou beber com moderação, desenvolvidas pela indústria tabagista ou de bebidas, o rótulo de responsabilidade social, é atentar contra a inteligência das pessoas e, sobretudo, jogar no lixo a qualificação de um conceito. Pelo que se entende por responsabilidade social, e o Instituto Ethos tem contribuído decisivamente para reforçar este conceito, há um compromisso maior nele implícito, exige-se, sobretudo, transparência e ética. Como temos insistido em debates e artigos, boas ações também fazem os traficantes e os bicheiros, alguns verdadeiramente respeitados na comunidade em que se inserem. Não se pode medir responsabilidade pelo número de cestas básicas doadas (seriam, desta forma, socialmente responsáveis os traficantes, os políticos corruptos etc), muito menos pelo discurso cínico de empresas que se valem da fluidez de um conceito para se proclamarem cidadãs. (BUENO, 2005)²⁰

No contexto dessa polêmica, como se nota pelos exemplos citados, entre tantos outros, alguns criticam o *modus operandi* e até os deslizes do movimento ambientalista. Mas também há críticas, não menos contundentes, ao modo como a mídia divulga o noticiário ambiental. Estes últimos advogam a responsabilidade que a mídia tem de formar a cidadania, educar para um novo



²⁰ Documento eletrônico.

mundo etc. Mesmo não concordando inteiramente com determinadas posições, como a de Schelleberger, por exemplo – pois também hoje os problemas ambientais são bastante convincentes e os efeitos climáticos são bem visíveis e trágicos em todo o mundo, todos os dias – críticas assim podem nos ser úteis quando advogamos um jornalismo que vá além das aparências e do espetáculo, procurando explicar a razão dos fenômenos e dos problemas do meio ambiente, indo além da objetividade engessada na fórmula clássica do *lead* e do *sub-lead*, certamente, pois trata-se de informar muito mais que o simples “quem fez o que, quando, onde, como e porque”. Com efeito, o modo como a mídia veicula a questão, atualmente, parece comprovar a observação de Guimarães (2000, p. 36):

A formação do consenso em uma concepção funcionalista despersonaliza o indivíduo em sua ação intencional como participante da sociedade, resultando em alienação, já que o indivíduo perde espaço para escolhas e interpretação pessoais dos fenômenos sociais. [...] Não há, em nenhum momento, análises que questionem o modelo de sociedade e as relações de poder como causadores dos problemas ambientais. [Todo o problema é deslocado para o homem, sem nenhuma vinculação com a sociedade de consumo na qual ele está inserido].

O que chega para o receptor da mensagem ambiental é um conjunto de “quadros isolados” que ora tratam de inundações, ora de direitos humanos, ora de desmatamento, mas não é feita uma ligação entre esse conjunto de fenômenos. “O empolamento constante de certos temas, aspectos e problemas constitui um quadro interpretativo, um esquema de conhecimento, um frame [da realidade]”, como assevera Wolf (2002, p. 146).

Essa fragmentação, que reforça uma visão compartimentalizada dos problemas ambientais, desestimulando o engajamento individual e coletivo nos processos que reivindicam mudanças profundas no comportamento do poder público e dos agentes da sociedade em relação ao meio ambiente, também é analisada por Luis Fernando Angerami Ramos:

Considerando que não há comunicação desinteressada, é possível supor que o receptor possa estar sendo submetido a uma mensagem que visa basicamente alimentar uma demanda crescente de consumo na qual a informação ambiental é um produto que atrai cada vez mais audiência...[pois] os mecanismos de dominação de uma sociedade não se manifestam apenas nas estruturas de produção de bens e serviços, mas também nas estruturas de produção de signos e subjetividade, através da mídia, da publicidade etc. (RAMOS, 1996, p.19-30).

Dessa forma, os analistas percebem que há graves deficiências de linguagem no modo como a questão ambiental é divulgada através da mídia convencional. Para os educadores, isso significa que a mídia está perdendo – deliberadamente ou não – uma grande oportunidade de contribuir com um debate sério e consciente sobre a problemática ambiental, ajudando a educar a sociedade na direção de um outro mundo possível. Ademais, custeada pela própria sociedade, a mídia não poderia fugir à responsabilidade social dessa significativa contribuição, por mais que suas “necessidades de caixa” ou seus interesses político-econômicos ditem outro caminho, certamente não tão nobre.²¹

Todavia, se há uma responsabilidade social da mídia pela sustentabilidade ambiental – seguro que há, pois da mídia poderíamos dizer o que o Papa Paulo VI já dizia sobre a necessidade da reforma agrária (“sobre toda terra pesa uma hipoteca social”) – igualmente haverá uma responsabilidade social da área acadêmica que tem a missão de preparar melhor os jornalistas que vão tratar da questão ambiental. Do contrário, eles chegarão despreparados aos



²¹ Em palestra na Unesp, campus de Bauru, em 5 out. 2005, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo ministério do mesmo nome e pela Associação Brasileira de Jornalismo Científico, a produtora do quadro filosófico do “Fantástico” – *Ser ou não Ser* – Viviane Mosé – doutora em Filosofia, detentora do Prêmio Jabuti de Literatura – informou que a TV Globo não lança nenhum novo programa sem uma completa pesquisa de opinião pública porque seu objetivo maior é não perder tempo e dinheiro com produtos que não interessem ao público. Uma pessoa presente no debate questionou se a Globo, antes de fazer a pesquisa, não induz o receptor a pensar do modo como a política editorial do veículo gostaria que ele pensasse...pelo menos foi o que ocorreu paralelamente às pesquisas eleitorais durante o debate entre Lula e Collor, na campanha de 1989, quando a emissora “editou” a primeira versão do debate para reapresentá-lo em seguida de modo a prejudicar a imagem de Lula.

seus locais de trabalho, como ficou patente na Declaração de Brasília, em 1997, que foi o documento resultante do I Encontro Nacional de Educação Ambiental, vazado nos seguintes termos:

O despreparo de profissionais da Comunicação nas questões ambientais, e muito mais em relação à educação ambiental, leva à transmissão de conceitos ambientais equivocados, de teor principalmente naturalista, priorizando problemáticas globais, o que induz a população a pensar a realidade ambiental a partir de temas distanciados de seu próprio cotidiano. (ENCONTRO..., 1997)

Entretanto, o ensino de jornalismo ambiental nas universidades brasileiras ainda é um fato muito incipiente. Ainda se confunde muito jornalismo ambiental e jornalismo em *agribusiness*, cujas propostas são bastante diferentes, uma vez que o primeiro está na esfera da ciência política ou das ciências sociais aplicadas, enquanto o segundo filia-se à tecnologia, cujo parâmetro não é o bem estar da sociedade e sim a maximização dos lucros. O exemplo clássico é o da soja transgênica, que exige enormes áreas de terra para se tornar economicamente viável, o que leva ao desmatamento da floresta e ao desalojamento da agricultura de subsistência familiar, criando desestabilidade social e mais miséria. A própria mídia – toda ela permeada pela instância econômica – valoriza exageradamente, por motivos óbvios, o agronegócio, também chamado “revolução verde”, por seu peso na pauta de exportações do País. Um peso tão relevante que não raro antigos simpatizantes do movimento ambientalista, ao assumirem posições de governo, deixam-se levar por projetos que favorecem o agronegócio em detrimento da reforma agrária, naturalmente em nome da governabilidade que assim se opõe, de frente, ao conceito de sustentabilidade. Mas eles sabem que o agronegócio é mais uma “invasão do campo” (expulsando famílias pobres) do que “revolução verde”, que de verde só tem o dólar, moeda de referência para o pagamento da produção.

Sobre o ensino de jornalismo ambiental na universidade, deve-se fazer justiça ao pioneirismo do Rio Grande do Sul, que também foi o primeiro Estado a criar núcleos de estudos voltados para esta matéria já por ocasião da Rio-Eco-92,

destacando-se o atuante Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, apoiado pelo Sindicato dos Jornalistas daquele Estado. Foi na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que surgiu a primeira disciplina de jornalismo ambiental, fruto dos esforços da professora Ilza Maria Tourinho Girardi, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) que afirma:

Mesmo com modismos e marketing pretensamente verdes, percebemos que nos últimos anos a imprensa, de um modo geral, vem dedicando mais espaço às ações ecológicas e estudos ambientais. Entretanto, jornais e jornalistas nem sempre estão em sintonia sobre a importância da informação no papel da formação de uma nova consciência ecológica e como instrumento pedagógico. (GIRARDI apud ALVES, 2005)²².

É igualmente relevante o pioneirismo da Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), no oferecimento de cursos de graduação voltados para o jornalismo ambiental no contexto do Jornalismo Científico, sob a responsabilidade do professor Wilson da Costa Bueno, com dezenas de trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses orientadas na área.

Também se destaca a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), que mantém, de longa data, uma área de pesquisa em Comunicação Científica e Tecnológica, sob a responsabilidade dos professores Isaac Epstein, Graça Caldas e Elizabeth Gonçalves. A UMESp também mantém a Cátedra Unesco.

O jornalismo ambiental está se constituindo em uma especialidade na qual a formação de profissionais capacitados se torna imprescindível, do mesmo modo como ocorreu no caso dos cronistas esportivos na década de 1940 e dos jornalistas especializados em economia e política nos últimos vinte anos. (ALVES, 2005)²³ Hoje, destacam-se no mercado nomes como Washington Novaes (responsável pelo programa *Repórter Eco* da TV Cultura de São Paulo), Liana John, Carlos Tautz, Vilmar Berna (*Jornal do Meio Ambiente*), André Trigueiro (da *Globo News*, que no segundo semestre de 2005 lançou novo



²² Documento eletrônico.

²³ Documento eletrônico.

livro sobre o tema, pela Editora Globo: Mundo Sustentável), Roberto Vilar, Adalberto Woldianer Marcondes (da agência Envolverde/Terramérica e fundador do Núcleo de Jornalistas Ambientais de São Paulo que promoveu, no SESC de Santos, em 12 a 15 de outubro de 2005, o concorrido I Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental).

O estudo de jornalismo ambiental na universidade também é apoiado pela Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais (RBJA), criada para debater os temas da área, integrar os profissionais do setor e divulgar sugestões de pauta.

Outro destaque é a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental, bem como os cursos afins da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), principalmente no *campus* de Cáceres, além dos importantes estudos conduzidos pela Professora Michèle Sato na Universidade Federal de Mato Grosso, um estado que apresenta três biomas a serem estudados: Pantanal, Cerrado e Amazônia. Há ainda o trabalho da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), em Mato Grosso do Sul.

Pode-se estudar jornalismo ambiental também na Universidade de Uberaba, em Minas Gerais, ou na Universidade SEAMA, de Belém do Pará. Ainda há cursos nas Universidades federais de Pernambuco, Bahia etc.

A esperança é que o jornalismo ambiental torne-se disciplina obrigatória na graduação em Comunicação.

Não bastasse o dever social intrínseco da mídia e da área acadêmica, resta ainda a própria legislação a requerer dos meios de comunicação uma participação cívica no esclarecimento da população sobre meio ambiente e sustentabilidade, o que é um direito de todos, democraticamente, como se pode aferir da Lei 9.795/99, em seu artigo 3º combinado com o parágrafo IV:

Como parte de processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: IV – Aos meios de comunicação de massa colaborar de maneira ativa e **permanente** (grifo nosso) na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação. (BRASIL, 1999)

Environment: sustainability goes through Education (a all levels, even through the media)

ABSTRACT

The concept of *sustainability* is present in the debate about the environment since the 1970s. However, it is still misunderstood in some sectors. Actually, the term may raise deliberate confusions, for it can be used by both environmentalists in defense of life and neo-liberals in defense of profit, market, the "generation of jobs", etc. Facing the importance of the issue, it is essential that young people be able to develop critical eye for the question, in basic education as well as at the university. Also, the media, naturally, has the social duty of "teaching such a lesson" so that everyone can practice it at home, on the street, at work, on the road, everywhere. In this article, we shall study, though quickly, some of the concepts related to the upkeep of life in our planet.

KEYWORDS: Journalism. Education. Environmen. Life. Sustainability.

Medio ambiente: la sustentabilidad pasa por la educación (en todos los niveles, incluso por los media)

RESUMEN

El concepto de *sustentabilidad* está presente en el debate sobre el medio ambiente desde los años 1970. Pero aún es poco entendido entre algunos sectores. En verdad, el término acaba permitiendo confusiones intencionales, pues tanto puede ser usado por los ambientalistas en defensa de la vida; como por los neoliberales, en defensa del lucro, del mercado, de la "generación de empleos", etc. Delante de la importancia del tema, es indispensable que los jóvenes puedan desarrollar una mirada crítica sobre la cuestión, tanto en la enseñanza básica como en la universidad. También los media, tienen el deber social de "pasar esta lección" para que todos puedan hacerla correctamente en casa, en la calle, en el trabajo, en la carretera, en cualquier lugar. En este artículo vamos a estudiar, aunque rápidamente, algunos conceptos relacionados con la sustentación de la vida en nuestro planeta.

PALABRAS CLAVE: Periodismo. Educación. Medio Ambiente. Vida. Sustentabilidad.

Referências

ALVES, André. **Jornalismo ambiental:** especialização e consciência. 2005. Disponível em: <<http://www.jornalistasambientais.com.br/article/articleview/27/1/15/>>.

BRASIL. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/novo_card/leis/lei_9795-99.pdf>

BUENO, Wilson da Costa. Instituto Ethos: dormindo com o inimigo.. In: CONGRESSO VIRTUAL DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL. **Comunicação no Terceiro Setor**. 2005. Disponível em : <http://www.comtexto.com.br/convicomcomunicawilbuenoethos.htm> Acesso em: 06 jun. 2005.

CAPRA, F. A **Teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2004

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 1997, Brasília. **Declaração de Brasília**. Brasília, 1997.

FROMM, Erich. **Medo à liberdade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GONZÁLEZ GAUDIANO, Edgar. Discursos Ambientalistas e Discursos Pedagógicos. In: SANTOS, J. E. ; SATO, Michèle. **A Contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos, SP: Rima, 2001. P.389-396.

GOSWANI, Amit. **Roda Viva Amit Goswani 2000**. São Paulo: TV Cultura, 2000. 1 DVD, 85min.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental**: no consenso um embate? Campinas: Papirus, 2000.

IGREJA CATÓLICA. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Vozes, Loyola, 1993.

LEFF, H. **Epistemologia ambiental** . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOMBORG, Bjorn. [Entrevista a Herton Escobar] **O Estado de S. Paulo**, 14 nov. 2004. P. A-21

MARTINS, J. P. S. **Terra, nave mãe**: por um socialismo ecológico. São Paulo: Traço Editorial, 1991.

MENDOZA, H. ; BECERRA, M. **Um Enfoque comunicacional ante el problema ambiental**. Caracas: Fundación Carlos Frias, 1992

RAMOS, L.F.A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1996.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SHELLEMBERGER, Michael. [Entrevista] **Folha de S. Paulo**, 14 fev. 2005.

STOCKSTROM, Sanna. Un falido intento de priorizar las políticas publicas. In: CONSENSO DE COPENHAGUE, 2004. Disponível em: < <http://www.globalizacion.org/observatorio/ODGStockstromCopenhague.pdf>>

TANNER, M. **Schopenhauer**.. São Paulo: Unesp, 2001. (Col. Grandes Filósofos).

THUROW, L. C. **O Futuro do capitalismo**: como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã.. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2002.

WORLDWATCH INSTITUT. UNIVERSIDADE LIVRE DA MATA ATLÂNTICA. **Estado do Mundo 2004**: relatório do Worldwatch Institut sobre o avanço em direção a uma sociedade sustentável. Salvador, 2004. (Publicações UMA/Worldwatch). Disponível em: <http://www.wwiUma.org.br/em2004_eiglesias.htm>

Pedro Celso Campos

Doutor pela ECA-USP

Jornalista graduado pela Universidade de Brasília

Professor da Faculdade de Arquitetura,

Artes e Comunicação da UNESP

Coordenador de Ensino de Graduação

em Comunicação Social da UNESP

E-mail: pcampos@faac.unesp.br